



Comissões estão compostas

Onze das 14 comissões permanentes indicaram presidente e vice

(foto Jonas Lenos Campos)



Com exceção das comissões de Trabalho e Serviço Público, de Agricultura e de Educação, nas quais foram aclamados apenas os presidentes, as outras 11 comissões permanentes da Alesc já têm definidos o presidente e o vice, indicados por consenso. Os vice-presidentes das três comissões que ainda faltam serão escolhidos na primeira reunião de trabalho, que ocorrerá na próxima semana, quando inicia a tramitação normal das proposições.

Confira a relação na página 5

Seca

Agricultores fazem reivindicações

(foto divulgação)

Mais de 2.500 pessoas, entre agricultores, representantes de sindicatos e de entidades ligadas ao setor agrícola, estiveram reunidos em Maravilha, no Salão Paroquial, na audiência pública realizada na tarde de quinta-feira (3), atendendo requerimento do deputado Pedro Baldissera (PT). Também compareceram os deputados Gelson Merísio (PFL) e Herneus de Nadal (PMDB).

Antes do encontro, a Fetraf/Sul (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar) fez manifesto em frente à agência do Banco do Brasil daquele município - principal órgão financiador dos agricultores - e entregou ao gerente uma pauta de reivindicações dos produ-

tores rurais. Entre os itens solicitados estão um seguro-renda de manutenção, no valor de R\$ 1.800, para as famílias atingidas pela estiagem, a ser pago até a próxima safra, e anistia geral do custeio da safra 2004/2005. Além de Maravilha, o manifesto foi realizado de forma simultânea nos municípios de Chapecó e Concórdia.

Ao governo do Estado, os agricultores solicitam a anistia do Programa Troca-troca para os que vivem em municípios onde foi decretado estado de emergência e que tiveram perda superior a 30% da safra e renda de manutenção de R\$ 1 mil por família em mesma situação. (SD/RMPP)



Dia Internacional da Mulher

Páginas centrais

CPI da Sapatilha

A Comissão Parlamentar de Inquérito criada para investigar as irregularidades apontadas pelos ministérios públicos Estadual e Federal na Escola Teatro Bolshoi, em Joinville, deve ser instalada no próximo dia 8, terça-feira. As bancadas finalizaram a indicação dos sete deputados que vão integrar a CPI da Sapatilha na manhã de quinta-feira (3).

A composição ficou assim formada:

PSDB - Francisco Küster

PMDB - João Henrique Blasi

PP - Antônio Carlos Vieira - Vieirão

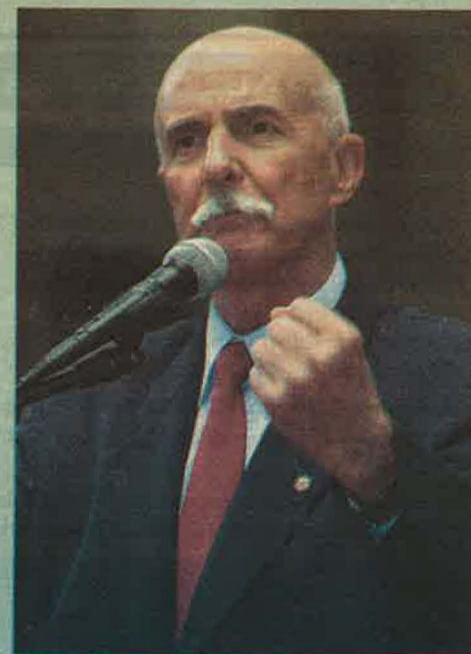
PT - Dionei Walter da Silva

PT - Paulo Eccel

PFL - Gelson Merísio

PTB - Sérgio Godinho

A convocação para a primeira reunião, quando serão eleitos o presidente e o relator, cabe ao deputado Francisco Küster (PSDB), por ser o mais idoso entre os de maior número de legislaturas. "É provável que essa instalação ocorra na terça-feira (8), quando estarei de volta", disse o parlamentar antes de sair em viagem de trabalho. (RMPP)



Küster deve convocar os integrantes

A reforma neoliberal de LHS

Iniciamos 2005 com mais uma convocação extraordinária feita pelo governador LHS - a terceira desde que tomou posse. Na prática, estas convocações extraordinárias constituem estratégia ardilosa com que busca embarçar as discussões sobre as matérias e atropelar o debate democrático. Desta vez foram 25 projetos de lei para serem apreciados em 15 dias, em meio ao carnaval e eleição da Mesa.

Na chamada descentralização, o que há é a criação de oito secretarias mesorregionais, somadas às 22 microrregionais. Somos favoráveis à descentralização que vise levar mais e melhores serviços públicos aos cidadãos. Nossa crítica reside na inadequação entre os objetivos anunciados pelo governador e os meios criados para tal. Luiz Henrique promete "deslitoralizar" Santa Catarina e cria estruturas administrativas, confundindo falta de políticas públicas para o interior com falta de estrutura administrativa no interior do Estado.

Mais grave é o descompasso no próprio governo: as secretarias setoriais não aceitam abrir mão do poder e as secretarias regionais ficam, conseqüentemente, ocas. Logo, o desafio não é somente descentralizar a administração, mas desconcentrar o poder político. As administrações petistas já deram pro-

va de que a melhor maneira de desconcentrar é a ampla participação popular. Mas o governador rejeita instrumentos como o Orçamento Participativo. Ele é do mundo das negociações políticas e conchavos, e cercado por tecnocratas, condições estas conflitantes com o modo popular de governar.

O caráter neoliberal de LHS se revela na flagrante incoerência entre o discurso e a prática. De um lado, diz querer estruturar a máquina pública para melhor servir a população, mas, de outro, institui as OS (Organizações Sociais), que representam o desmonte da estrutura e a negação de serviços públicos à população.

As leis aprovadas na Alesc apontam a dubiedade de vias e a predisposição do governador em assumir o ideário neoliberal. A lei das OS possibilita o repasse de verbas orçamentárias, do patrimônio público estadual e inclusive de funcionários para estas entidades. E a precarização do serviço público fica ainda mais grave porque atinge também as áreas de saúde e educação.

Pröcurei mostrar, durante a convocação, a imprudência de se votar matérias tão importantes na vida do Estado e dos catarinenses sem tempo para que fossem devidamente apreciadas, um alerta solenemente ignorado pelos governistas.

Deputado Afrânio Boppré (PT)

Como perdemos as nossas crianças?

Nossas crianças morrem de fome. Morrem no tráfico de drogas, abandonadas nas ruas, vítimas da exploração e do abuso sexual - muitas vezes dentro da própria casa. As crianças morrem sem oportunidade de uma boa educação. Principalmente porque nos omitimos. Nossas crianças são perdidas para os modismos de última hora, quando não somos firmes na defesa de valores morais e de educação porque é mais confortável fazê-los desistirem de incomodar nossa rotina pessoal.

Outras morrem de cansaço. À primeira vista, parece uma constatação agressiva. E é. Nos países em desenvolvimento, 250 milhões de crianças entre 5 e 14 anos trabalham. Aproximadamente 60 milhões de crianças são exploradas e quase 80% não são remuneradas. Um dos agravantes nessa situação é que perdemos nossas crianças para quem não denuncia os maus-tratos; para quem não reclama ou questiona a qualidade do ensino em muitas escolas de nosso país; Quem não cobra das autoridades a construção de mais e melhores áreas de lazer e esporte nos municípios.

Perdemos nossas crianças, na sua inocên-

cia, para uma babá terrível chamada televisão. Os pais têm que trabalhar e os filhos são educados pela mídia, que estimula o consumo, a violência e a sexualidade precoce. Perdemos as nossas crianças para a paternidade renegada. Assim, elas descobrem a revolta e vão sendo criadas sem um padrão de família, de respeito e sem personalidade definida.

No âmago desse problema está o fato de que essas crianças estão perdidas por causa de nossa omissão. Para a falta ou esquecimento de nosso compromisso com o futuro da família, da sociedade e do país. Para o nosso egoísmo desenfreado, quando pensamos que as crianças dos outros não são problemas nossos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente está completando 15 anos e nossas crianças ainda são perdidas para a ineficiência ou timidez de programas e projetos de proteção de seus direitos. Quantas crianças ainda teremos que perder para que essas regras sejam levadas a sério? Tenham efeitos práticos e salvadores? É hora de agir e salvar, com a fé inabalável na força divina e no amor dos voluntários.

Deputada Odete de Jesus (PL)

Presente



A miniatura de uma bernúncia, esculpida em madeira por artesãos do município de São José, e que integra um kit que a Caixa Econômica Federal está usando para presentear autoridades em todo o país, foi entregue ao presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), pelo deputado Vanio dos Santos (PT), no último dia 24. Além de agradecer, o presidente da Alesc elogiou a iniciativa da Caixa em divulgar e valorizar o artesanato catarinense. (RMPP)

Nova diretoria

(foto Carlos Kilian)



Assumi a nova diretoria do Sindalesec. É formada por Romário da Silva, presidente; José Agrício Gonçalves, vice-presidente; Isabel Cristina Schaefer, 1ª secretária; Iwana Lúcia Lentz, 2ª secretária; Marilú Lima de Oliveira, secretária de Formação Sindical; Rubenvaldo da Silva, secretário de Comunicação; Zulmat Hermógenes Saibro, secretário de Políticas Sociais; Siomara Gonçalves, 1ª tesoureira; Pedro Ideraldo Sampaio, 2º tesoureira. O Sindalesec tem 873 sindicalizados. (GMP)

O Leitor

oleitor@alesec.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesec.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)

2º Vice-Presidente: Djalma Berger (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Conselho Editorial: Cármen Leite Rovira, Cleia Maria Braganholo, Maria Ivonete Lessa, Mirela Maria Vieira e Rubens Vargas

Orgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesec.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Maria Ivonete Lessa

Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenadora: Cármen Leite Rovira

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira, Denise Arruda Bortolon, Magda Audrey Pamplona e Tatiani Magalhães

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adilson Costa, Alex Santori, Ana Zandavalli, Andréa Leonora, Celso Rodriguez, Celso Rosa, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Davi Etelvino, Emanuelle Torres, Estevo Derreck, Felipe Nunes, Fernando Mattos, Iran Rosa Moraes, Ivan Pimentel, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Leonardo Lorenzetti, Luciana Pons, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Luiz Hercílio Stefanos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tilmann, Mário A. Henrique, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Sergio Sachel, Ula Weiss, Valmir Matos, Vinicius Hamagushi, e Vítor Santos

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Bruno Corrêa da Silva e Karina Azevedo das Neves

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Estagiários Progr. Antonieta de Barros: Suelen Regina Hilário e Rodrigo César de Araújo

Impressão: Diário Catarinense

Presidente desencadeia processo para unir esforços

(fotos Alberto Neves)

Mirela Maria Vieira

Aproveitar a representatividade, tanto no Poder Legislativo, quanto no Executivo, num processo a ser capitaneado pelas associações dos municípios do Sul de Santa Catarina para garantir que obras e ações prioritárias ao desenvolvimento econômico e social sejam efetivadas. Com esta finalidade, o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), acompanhado dos deputados Valmir Comin (PP) e Altair Guidi (sem partido), visitaram na manhã de sexta-feira (25) o novo presidente da Amrec (Associação dos Municípios da Região Carbonífera), Paulo Hoepers (PP), eleito há duas semanas pelos prefeitos das dez cidades que integram a Associação.

“Quis aproveitar a visita ao novo presidente da Amrec para trazer esta idéia. Estamos vivendo um momento único em termos de representatividade. Temos dois anos que podem ser de grandes realizações para o Sul, se agirmos em conjunto, de forma organizada, tendo as associações como catalisadoras do processo”, explicou Julio Garcia. Ele assinalou que a iniciativa integra todos os parlamentares que representam a

região, além dele e dos que o acompanhavam – José Paulo Serafim (PT), Joares Ponticelli (PP), Genésio Goulart (PMDB), Manoel Mota (PMDB) e Clésio Salvaro (PSDB). “Eles só não estão aqui hoje porque a eleição do novo presidente da Amrec foi nesta semana e eles já tinham compromissos agendados em suas bases”.

Além de deter 22% do total das cadeiras do Parlamento catarinense, o Sul do Estado ainda conta com um secretário estadual – Ronaldo Benedet (PMDB), à frente da Segurança Pública, e o vice-governador, Eduardo Pi-

nho Moreira. “Se sete deputados, juntamente com os prefeitos, sentam diante do governador levando uma reivindicação, certamente ela será atendida”, sintetizou Hoepers, prefeito de Forquilha. Além disso, o poder de fogo da região ainda pode ficar maior, já que no próximo ano, com a renúncia do atual governador para concorrer à reeleição, Pinho Moreira assume o governo e o presidente do Legislativo está na linha sucessória da vice-governança.



Prefeitos e deputados de todas as legendas unidos em torno de interesses comuns



Mota (em pé) assegurou aos empresários, na sede da Aciva, um encontro com LHS

Gás natural para o Vale do Araranguá

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), e o deputado Manoel Mota (PMDB) comprometeram-se a procurar o presidente da SC Gás, Ottair Becker, e o próprio governador, para garantir que o gás natural chegue a Araranguá. O compromisso foi assumido na tarde de sexta-feira (25), durante reunião organizada pelos empresários da região, através da Aciva (Associação Empresarial do Vale do Araranguá).

“Não vamos criar ilusões, nem esperanças, e depois virar as costas. A questão da vinda do gás para cá envolve dois problemas: o investimento necessário e o consumo. Mas, tenham certeza de que uniremos forças e vamos

até o presidente da SC Gás e ao governador, todos os deputados do Sul, para tentar viabilizar isso”, afirmou. Mota garantiu que vai viabilizar encontro imediato com o governador e que a reivindicação só pode ser atendida com “a caneta do governo”, já que a SC Gás tem acionistas privados, além da Petrobras. “Somente de forma política poderemos resolver isso, pois empresarialmente sabemos que não será possível”, assinalou.

De acordo com o presidente da Associação, Giovanni Elias, há um entroncamento na canalização do gás que leva o insumo a outras cidades, como Criciúma, a 16 quilômetros de Araranguá, de onde poderia partir

a ligação com o Vale. “Esta é a nossa grande prioridade. Já perdemos uma grande empresa, e com ela 150 empregos. E não somos apenas nós que estamos perdendo por não termos a possibilidade de ter uma matriz energética diferenciada, já que a energia elétrica é precária, de péssima qualidade”, enfatizou Elias, referindo-se às outras cidades do Vale.

A viabilidade de oferta do gás natural é medida pela possibilidade de um consumo presumido e ascendente. Para atender aos princípios contratuais da SC Gás, uma empresa que queira utilizá-lo como insumo, teria que garantir um volume X de consumo por pelo menos cinco anos.

Caso aconteça algo que provoque, por exemplo, o fechamento da empresa, esta teria que arcar com o pagamento mesmo sem a utilização da matriz energética. No caso da empresa que deixou Araranguá, o uso do gás natural, por estes princípios contratuais, aumentaria os custos da produção em R\$ 200 mil/mês.

Estavam presentes ao encontro presidentes de sindicatos e associações empresariais e industriais da Região do Vale do Araranguá, o prefeito da cidade, Mariano Mazzuco (PP), o vice-prefeito de Sombrio, Jair Custódio, o diretor e proprietário da Rádio Araranguá, Evaldo Stopassoli, e vereadores de Araranguá, Sombrio e Balneário Gaivotas. (MMV)

Neutro

Presente a este primeiro encontro, o prefeito de Nova Veneza, Rogério Frigo (PSDB), lembrando que a região já teve o Fórum de Desenvolvimento Regional, que reunia prefeitos e parlamentares em torno de reivindicações comuns, salientou a importância de ter as associações de municípios como “catalisadores” deste trabalho. “Precisamos de apoio político, e temos isso neste momento, com os deputados e o presidente do Poder Legislativo, que estão agindo em sintonia, unidos em torno dos interesses da nossa região”, comentou Frigo. Compactuando com o prefeito em exercício de Criciúma, Sérgio Pacheco (PP), Frigo assinalou o caráter de neutralidade das associações de municípios. “É campo neutro, onde as tendências partidárias ficam de fora e todas as reivindicações da sociedade civil podem ser encaminhadas de forma una e abrangente”, resumiu.

Na avaliação dos deputados Valdir Comin e Altair Guidi, que já foi prefeito de Criciúma, a iniciativa pode tirar do papel e concretizar obras e ações que estão há anos pendentes, como o anel viário de Criciúma – desde 1978 na lista das reivindicações –, a operacionalização do Aeroporto Diomício Freitas, as obras do Porto Seco, a rodovia Interpraias, a UTI Neonatal, entre tantos outros. Ao final do encontro, Hoepers anunciou que a primeira reunião, já para elencar as prioridades da região, será marcada para breve. A mesma proposta será levada pelo presidente da Alesc à Amurel (Associação dos Municípios da Região de Laguna) e à Amesc (Associação dos Municípios do Extremo-sul Catarinense). A Amrec é formada pelos municípios de Orleans, Lauro Müller, Treviso, Cocal do Sul, Siderópolis, Urussanga, Morro da Fumaça, Criciúma, Nova Veneza e Forquilha, que somam 368 mil e 783 habitantes. (MMV)

Balançaço

Contas da Casa estão equilibradas

O Poder Legislativo catarinense está atendendo às determinações da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), com suas contas equilibradas, tendo um saldo em caixa de R\$ 768.438. A média mensal dos gastos é de R\$ 14.907.218 e as despesas com os servidores – folha de pessoal, obrigações patronais, provisão, 13º salário, férias, desconvocação de deputados e abono – somam R\$ 10.407.218. A informação foi dada pelo presidente, deputado Julio Garcia (PFL), em balanço dos primeiros 30 dias à frente da condução administrativa e política da Casa apresentado à imprensa no último dia 2, quarta-feira.

Além disso, ele garantiu que vai manter o corpo funcional em seu tamanho atual. Hoje, a Alesc tem 727 servido-

res efetivos, 604 comissionados e 242 funcionários terceirizados. “Preencher vagas através da terceirização serve para casos de urgência e não pode ser uma prática comum. O ideal é manter o atual quadro de funcionários,

sem novas contratações”, enfatizou. Em comum acordo com o sindicato da Casa, não haverá novas contratações de serviços terceirizados.

TV AL - Quanto ao sinal

aberto da TV AL - que operava em caráter experimental e foi retirado do ar na primeira quinzena de janeiro - os deputados Lício Mauro da Silveira (PP), José Paulo Serafim (PT) e o procurador da

de veicular a programação da TV AL na Internet, atingindo assim o eleitor mais jovem. Nos próximos 60 dias, sabemos se isso é viável”.

Obras - A atual adminis-

Assembléia, Michel Cury, estão em Brasília, buscando obter autorização para operar em sinal aberto.

“Não havendo acordo em Brasília, a Mesa já decidiu que a TV AL não mais será veiculada em canal aberto. Estamos analisando a possibilidade de veicular a programação da TV AL na Internet, atingindo assim o eleitor mais jovem. Nos próximos 60 dias, sabemos se isso é viável”.

tração continuará com o Plano Diretor da Casa, definido anteriormente para orientar as intervenções no conjunto arquitetônico do Palácio Barriga Verde, como a ocupação ordenada dos espaços. Este plano está dividido em setores: Anexo Norte, Anexo Sul, Anexo Leste e heliponto. “Atualmente, estão sendo construídos o auditório, com 500 lugares, esplanada cívica para solenidades, plenário, novas guaritas e implantação de um sistema de proteção contra cargas atmosféricas, que totalizam custos de R\$ 5.699.487. A conclusão está prevista para setembro.

Nos próximos dias será lançado o edital de concorrência para o início da segunda parte das obras previstas, Do anexo Norte do prédio. (MMV/TK)



Garcia quer manter o quadro de servidores estável

Chumbinho recebe homenagem

Detentor de inúmeros títulos regionais, estaduais e nacionais, o hipercampeão de motocross e supercross, Milton Becker, o “Chumbinho”, foi homenageado na noite de segunda-feira, 28 de fevereiro, pela Assembléia Legislativa. A proposição, que marca o reconhecimento do Legislativo catarinense a um fenômeno de renome mundial e que tem levado o nome de Santa Catarina à mais alta posição do pódio, foi do deputado Mauro Mariani (PMDB).

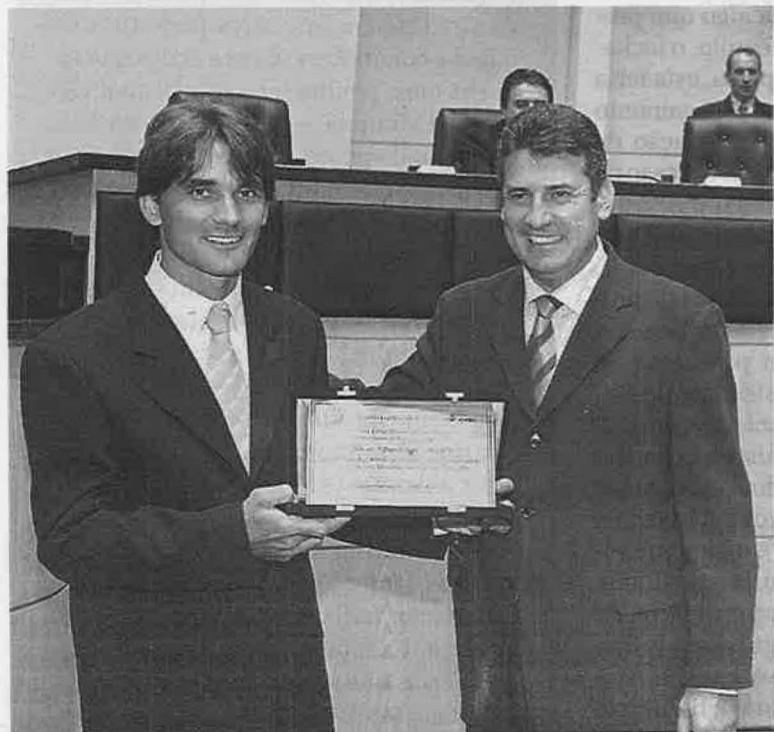
A sessão, conduzida pelo presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), contou tam-

bém com a presença do deputado Antônio Aguiar (PFL), do secretário de Articulação do governo do Estado, Lício Rosso, do presidente da Fundação Municipal de Esportes de São Bento do Sul, Gilberto Müelizauer, do vice-prefeito de Itapiranga, Milton Simon, do presidente da Federação Catarinense de Motociclismo, Onílio Cidade Filho, do presidente da Associação Brasileira de Pilotos, Marlon Olsen, de familiares, amigos do piloto e vários integrantes de motoclubes do Estado.

A solenidade iniciou com a apresentação de um vídeo



Motociclistas compareceram em peso à sessão que homenageou o supercampeão



Chumbinho e o deputado Mauro Mariani

mostrando a final do campeonato de motocross de 2003, mais uma conquista de Chumbinho, na categoria 125 cilindradas. Em seguida, Mariani sintetizou a trajetória do esportista num esporte onde milésimos de segundos fazem a diferença, a coragem deve estar aliada ao profissionalismo e o ser humano domina a tecnologia. “Homem de caráter e predestinado ao sucesso, nosso homenageado venceu preconceitos, corridas e o próprio limite humano para provar que o trabalho e a perseverança têm como destino a vitória, é um

exemplo de campeão para qualquer atleta e a ser seguido por nossos jovens. Amigo dos amigos, Chumbinho tem como principal característica a humildade. Nunca venceu sozinho, sempre dividiu as glórias com seus auxiliares, mecânicos, patrocinadores e família”, enfatizou o parlamentar.

Julio Garcia destacou que presenciou, antes do evento, um diálogo entre Aguiar e o homenageado, quando lembraram de uma corrida, onde o deputado e médico aplicou uma injeção no piloto para que pudesse dispu-

tar a prova, pois estava com o braço fraturado. “É uma demonstração inequívoca do profissionalismo desse nosso piloto e vale lembrar que ele venceu a prova. Estamos diante de um vencedor que recebe essa justa homenagem do povo catarinense através da Assembléia, por iniciativa do deputado Mariani”, complementou o presidente. Milton Chumbinho Becker recebeu das mãos de Mariani uma placa de reconhecimento pelos feitos nas pistas, representando o Estado, com destaque nas mais diversas competições. (CA)

Definidas as comissões permanentes

As bancadas encaminharam na última terça-feira (2) os nomes dos parlamentares que passam a integrar as 14 comissões permanentes. A leitura da nominata foi feita pelo deputado Herneus de Nadal (PMDB), vice-presidente da Casa, durante a sessão plenária. Na quarta-feira, foram eleitos os presidentes de todas as comissões – o que já havia sido acordado entre os partidos – e os vice-presidentes de 11 delas. Nas fotos, os presidentes.



Comissão de Constituição e Justiça

Jorginho Mello (PSDB) - *presidente*
 Celestino Secco (PP) - *vice-presidente*
 João Henrique Blasi (PMDB)
 Romildo Titon (PMDB)
 Joares Ponticelli (PP)
 Onofre Agostini (PFL)
 Sérgio Godinho (PTB)
 Vanio dos Santos (PT)
 Paulo Eccel (PT)



Comissão de Finanças e Tributação

Wilson Vieira - Dentinho (PT) - *presidente*
 Gelson Merísio (PFL) - *vice-presidente*
 Manoel Mota (PMDB)
 Rogério Mendonça - Peninha (PMDB)
 Antônio Ceron (PFL)
 Francisco Küster (PSDB)
 Dionei Walter da Silva (PT)
 Odete de Jesus (PL)
 Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP)



Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

Afrânio Boppré (PT) - *presidente*
 João Henrique Blasi (PMDB)
 Antônio Aguiar (PFL)
 Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP)
 Francisco Küster (PSDB)
 Paulo Eccel (PT)
 Sérgio Godinho (PTB)



Comissão de Segurança Pública

Dionei Walter da Silva (PT) - *presidente*
 Onofre Agostini (PFL) - *vice-presidente*
 Manoel Mota (PMDB)
 Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP)
 Nilson Gonçalves (PSDB)
 Sérgio Godinho (PTB)
 Wilson Vieira - Dentinho (PT)



Comissão de Saúde

Antônio Aguiar (PFL) - *presidente*
 Joares Ponticelli (PP) - *vice-presidente*
 Ana Paula Lima (PT)
 Genésio Goulart (PMDB)
 Clésio Salvaro (PSDB)
 Odete de Jesus (PL)
 Dionei Walter da Silva (PT)



Comissão de Turismo e Meio Ambiente

Sérgio Godinho (PTB) - *presidente*
 Ana Paula Lima (PT) - *vice-presidente*
 Rogério Mendonça - Peninha (PMDB)
 Nelson Goetten (PFL)
 Afrânio Boppré (PT)
 Jorginho Mello (PSDB)
 Reno Caramori (PP)



Comissão de Educação, Cultura e Desporto

Romildo Titon (PMDB) - *presidente*
 Antônio Ceron (PFL)
 Ana Paula Lima (PT)
 Paulo Eccel (PT)
 Odete de Jesus (PL)
 Clésio Salvaro (PSDB)
 Celestino Secco (PP)



Comissão de Agricultura e Política Rural

Reno Caramori (PP) - *presidente*
 Mauro Mariani (PMDB)
 Gelson Merísio (PFL)
 Afrânio Boppré (PT)
 Dionei Walter da Silva (PT)
 Francisco Küster (PSDB)
 Narcizo Parisotto (PTB)



Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e Amparo à Família e à Mulher

Nilson Gonçalves (PSDB) - *presidente*
 Odete de Jesus (PL) - *vice-presidente*
 Francisco de Assis (PT)
 Ana Paula Lima (PT)
 Manoel Mota (PMDB)
 Cesar Souza (PFL)
 Reno Caramori (PP)



Comissão do Mercosul

Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) - *presidente*
 Francisco de Assis (PT) - *vice-presidente*
 Nilson Gonçalves (PSDB)
 Narcizo Parisotto (PTB)
 Vanio dos Santos (PT)
 Romildo Titon (PMDB)
 Gelson Merísio (PFL)



Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia

Gelson Merísio (PFL) - *presidente*
 Paulo Eccel (PT) - *vice-presidente*
 Genésio Goulart (PMDB)
 Joares Ponticelli (PP)
 Jorginho Mello (PSDB)
 Sérgio Godinho (PTB)
 Vanio dos Santos (PT)



Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano

Rogério Mendonça - Peninha (PMDB) - *presidente*
 Reno Caramori (PP) - *vice-presidente*
 Narcizo Parisotto (PTB)
 Nelson Goetten (PFL)
 Nilson Gonçalves (PSDB)
 Vanio dos Santos (PT)
 Wilson Vieira - Dentinho (PT)



Comissão de Ética e Decoro Parlamentar

Clésio Salvaro (PSDB) - *presidente*
 Francisco de Assis (PT) - *vice-presidente*
 Wilson Vieira - Dentinho (PT)
 Narcizo Parisotto (PTB)
 Celestino Secco (PP)
 Genésio Goulart (PMDB)
 Antônio Ceron (PFL)
 Cesar Souza (PFL)
 Joares Ponticelli (PP)



Comissão de Legislação Participativa

Francisco de Assis (PT) - *presidente*
 Celestino Secco (PP) - *vice-presidente*
 Mauro Mariani (PMDB)
 Antônio Aguiar (PFL)
 Afrânio Boppré (PT)
 Francisco Küster (PSDB)
 Narcizo Parisotto (PTB)

Dia Internacional da Mulher: terceiro

Textos:

Graziela May Pereira
Magda Audrey Pamplona
Mirela Maria Vieira
Tatiani Magalhães

Por séculos, a mulher foi relegada, nas sociedades ocidentais, ao papel de coadjuvante, para usar um eufemismo. Quanto às orientais, deixemos em aberto. Com a Revolução Industrial, no século XIX, muitas mulheres passaram a trabalhar fora, recebendo menos do que os homens. No dia 8 de março de 1857, na cidade de Nova Iorque, 130 operárias pararam o trabalho numa fábrica têxtil, reivindicando a redução da jornada de 16 horas diárias - pelas quais recebiam um terço do que ganhavam os operários homens -, para 10. Trancadas no interior da fábrica, foram queimadas vivas pela força repressiva.

Em 1910, numa conferência de mulheres na Dinamarca, a data da tragédia foi escolhida para marcar o Dia Internacional da Mulher. As Nações Unidas referendaram a escolha em 1975.

Do final do século XIX e durante todo o século XX, o sexo feminino dispensou o termo frágil como sinônimo de fraco, burro e incapaz. Foi à luta, queimou sutiãs em Paris na década de 60, e os recuperou, em meados de 80, agora sem medo da sua sensualidade e do símbolo de sua maternidade. Brigou para ver seus direitos respeitados e reconhecidos. Conquistou espaço. Sua participação na economia, educação e artes ocidentais é reconhecida e indispensável. No terceiro milênio, muitas lutas são novas, mas há que se continuar trabalhando para conquistar direitos básicos, ainda desprezados.

Discriminações ainda persistem

Em 2003, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), as mulheres brasileiras com 11 anos de estudo ou mais ganhavam, em média, R\$ 874,40, enquanto os homens com a mesma escolaridade recebiam R\$ 1.492,70. No Estado de Santa Catarina, essa diferença é ainda maior. As catarinenses que estudaram 11 anos ou mais recebiam em média R\$ 852,50, enquanto os homens ganhavam R\$ 1.520,00.

Essa diferença salarial é a maior do país e ainda aumentou com relação ao ano anterior. Em 2002, as catarinenses com 11 anos ou mais de estudo recebiam em média R\$ 749,10, enquanto os homens ganhavam R\$ 1.257. Aliás, pelo estudo do IBGE, as mulheres recebem menos do que os homens seja qual for o tempo de estudo.

As discriminações de gênero ficam mais evidentes quando se constata que as brasileiras que trabalham têm mais tempo de estudo do que os homens, ou seja, são teoricamente mais qualificadas. Em 2003, a população brasileira urbana de mulheres ocupadas tinha 8,4 anos de estudo, em média, enquanto os homens tinham 7,5 anos. Aqui, essa diferença diminuiu, mas mesmo assim as mulheres têm mais tempo de estudo: 8,7 contra 8,1 anos de estudo dos homens. "Essa diferença existe porque os homens entram no mercado de trabalho mais cedo do que as mulheres. Além disso, como hoje em dia muitas mulheres estão se tornando chefes de família, elas estão tendo mais necessidade de se qualificar", explica a supervisora de divulgação e marketing do IBGE/SC, Bernadette Ribeiro Ponciano.

Nova estrutura para combater a violência

Fundada em setembro de 1985, a 6ª DP - Delegacia de Polícia de Proteção à Mulher, à Criança e ao Adolescente -, ganhou nova sede recentemente. Localizada no bairro Agrônomo, em Florianópolis, conta com uma equipe capacitada e agora tem uma estrutura mais adequada, atendendo com mais profissionalismo, diz a escritora Denise Maria Isidoro. "O comprometimento do profissional é um ponto importante para que a mulher se sinta protegida e preparada para seguir adiante na resolução do seu problema", acrescenta Denise.

Na maioria das vezes, as mulheres não querem denunciar seus parceiros, mas apenas registrar o acontecimento, na esperança de que isso resolva tudo. "O crime de ameaça é uma ação privada, na qual a mulher denuncia a agressão. Mas, se ela resolver não ir adiante no processo, pode pedir o seu arquivamento", salientou a inspetora Raquel Patrícia da Silva. Segundo a psicóloga Rosana Campi Gotto, que atua na 6ª DP, essas mulheres possuem um perfil semelhante. "Daquelas que nos procuram, 70% são de baixa renda e trabalham fora para auxiliar no orçamento doméstico, 55% possuem emprego fixo, mas poucas exercem atividades de nível técnico e de prestígio profissional. A maioria não completou nem o 1º Grau. Conseqüentemente, são mal-remuneradas", explicou. Com base nos dados da Delegacia da capital, cerca de 95% dos casos ocorrem dentro de casa por causa de fatores determinados como o alcoolismo, situação econômica, problema de ordem sexual, ciúmes, entre outros.

Protocolo - Em 2000, foi criado o Protocolo de Atenção às Víti-

mas de Violência Sexual. O documento é utilizado por um órgão da administração pública sempre que se verifica um caso de agressão. Várias entidades participam do programa, como as secretarias municipais da Saúde e da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social e a Secretaria Estadual da Segurança Pública. Isso auxilia e dinamiza o trabalho da Delegacia da Mulher.

Além desse serviço de apoio, a delegacia conta com a APAM (Associação Preventiva de Apoio à Mulher). A casa abriga pessoas necessitadas, apesar

do seu foco principal serem as vítimas de violência doméstica. A Delegacia de Polícia da capital em 2004 com 2.708 ocorrências. Na lista estão em primeiro lugar as lesões corporais, logo após os crimes contra a integridade física, e, por último, as mortes de maior gravidade e as que incluem vítimas fatais. "Vamos trabalhar para que o ano de 2005 feche com um número menor de ocorrências. Mas o fundamento é que estamos dando assistência e cuidado para que o índice seja reduzido", afirmou Raquel.



Depois de quase vinte anos, a 6ª DP ganhou sede adequada, permitindo qualificar ainda



A partir da esquerda, Rosana Campi, Raquel e Denise em entrevista ao AL Notícias

Violência familiar

As mulheres brasileiras são as que mais sofrem com a violência no âmbito familiar - em média, 23% dos casos de espancamento. Geralmente, a agressão é cometida pelo próprio marido ou companheiro e cerca de 40% dessas agressões resultam em lesões corporais. Os dados são da Sociedade de Vitimologia da Holanda.

(foto Jonas Lemos C.)

Meio milênio reserva muitas lutas

Maternidade consciente e consistente

(foto Solon Soares)

As mulheres hoje em dia se cuidam mais e planejam cada vez mais sua família. O número de filhos, o espaçamento entre eles e a escolha do método anticoncepcional mais adequado são exemplos desse planejamento. Atualmente, segundo a última pesquisa do IBGE, as mulheres estão se casando em torno dos 27 anos e tendo um número menor de filhos, em média, apenas dois. Mesmo assim, elas continuam se desdobrando, apesar do amadurecimento masculino frente aos novos papéis femininos, e a dupla jornada é inevitável. No entanto, a capacidade feminina – com ajuda do novo homem que está se construindo junto com a nova mulher.

Há vinte e três anos, Inês May Pereira, estava com a vida familiar e profissional definida, com dois filhos pequenos – uma menina de 2 anos e um menino de seis meses –, um bom marido, Edemir Pereira, e um bom emprego. Nessa época apareceu Schirley. Um bebê de quatro dias. Foi amor à primeira vista e Inês e o marido decidiram adotar a criança. Para Inês já era o bastante, até porque era o que sua situação financeira permitia.

Em 1999, com os três filhos já adolescentes, Inês resolveu atuar como voluntária no Lar Recanto do Carinho, que acolhe crianças filhas de pais portadores do vírus HIV em Florianópolis. Hoje, aos 51 anos, ela e o marido vivem às voltas com quatro filhos entre 4 e 14 anos, todos vindos do Lar, além dos três mais velhos. Três vieram em 2001: Roger, na época com 10 anos, Caroline, com 8, Franciele, com 5. “Foram as



Com apoio do marido, Inês adotou quatro crianças, mesmo trabalhando fora

circunstâncias da vida. Elas me adotaram, me escolheram e não tem como resistir. Eu achei que podia começar de novo e o fiz. Amo essas crianças como se tivessem nascido de mim”, disse Inês.

Depois de três anos, a história se repetiu. Idas e vindas do Recanto fizeram com que ela se apaixonasse por outra criança. Essa agora com problemas sérios de audição. Em dezembro de 2004, veio Cristofer, com 4 anos, considerado a alegria da casa. “É o surdo-mudo mais falante da casa. Depois de quatro meses

aqui em casa ele melhorou muito. Já está falando palavras como mamãe e pára. E se comunica muito bem. Isso não é mais do que o resultado daquilo que sempre sonhei. É muito amor, carinho e respeito.”

Inês considera as adoções a melhor coisa que aconteceu em sua vida. O carinho e o trabalho aumentaram, e a família ficou maior e melhor. Segundo ela, é muito complicado e difícil assumir o papel de mãe e manter uma casa. “O sofrimento, o cansaço, as dificuldades, tudo aumenta. Mas também aumenta o carinho e o amor.”

Trabalho masculino?

(foto Jonas Lemos Campos)

“Alguns acham estranho, outros, curioso.” É assim que a motorista Yeda Aparecida de Souza define a reação dos passageiros que embarcam em um dos ônibus que faz a linha para a praia de Canasvieiras, em Florianópolis. Yeda tem 25 anos e é motorista de uma empresa de ônibus da capital há três anos. Ela dirige os chamados “Executivos”, que são microônibus equipados com ar condicionado e uma tarifa mais cara do que a dos ônibus convencionais. “Nos fins de semana, trabalho com os ônibus convencionais também”, conta. Dirigir um veículo grande, assegura, não é problema. “Às vezes é até melhor, porque você consegue ter mais visão do trânsito e do espaço”. Justifica.

Para fazer o teste para o cargo de motorista é preciso ter a

habilitação “D”. Yeda fez o teste quando trabalhava como acompanhante de ônibus escolar. Depois de aprovada, passou por um treinamento prático e teórico de seis meses, oferecido pela empresa, até começar a trabalhar. Apesar da curiosidade de alguns passageiros, Yeda diz que nunca sofreu qualquer tipo de preconceito. “Alguns até me parabensam no fim da viagem”, diz.

A empresa tem quatro motoristas mulheres e todas recebem o mesmo salário dos homens na mesma função. Uma grata exceção, conforme comprova estudo do IBGE. O relacionamento com os passageiros é uma das melhores coisas da profissão, assegura Yeda.



Yeda garante que não sofre discriminações

Chefes de família

Só no sul do país, das 7 milhões de pessoas responsáveis pelo lar, 2 milhões são mulheres. No país, o número chega a 11 milhões, conforme última pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

(foto Solon Soares)



o trabalho

mulheres
o Dele-
o ano
tradas.
amea-
onra, a
ressões
n as ví-
a que o
menor
l é que
ntizan-
, expli-

Declaração do Milênio

Referendada pelos 189 países que integram as Nações Unidas, a Declaração do Milênio, redigida em 2002, tem como meta promover e estimular políticas que elevem o status social das mulheres, proporcionando-lhes mais espaço e mais influência na sociedade. O Brasil é um dos países signatários da Declaração e também tem como meta igualar a proporção entre homens e mulheres no Parlamento nacional. Nas eleições de 2002, apenas 8,6% das cadeiras da Câmara dos Deputados do Brasil foram preenchidas por mulheres. Na Assembleia Legislativa catarinense, apenas duas mulheres foram eleitas. Hoje, três ocupam vagas, já que uma delas foi alçada da suplência. Em nenhum país do mundo as mulheres ocupam mais de 50% das vagas do Parlamento.

Pacto federativo e marcha dos prefeitos

O fortalecimento do pacto federativo vai além da renegociação constitucional sobre a determinação das competências e recursos que devem caber aos governos municipais, estaduais e federal. Uma aliança entre as três esferas e novos canais de diálogo entre eles é essencial para reformular e fortalecer o pacto. A avaliação foi trazida a Plenário na tarde do dia 2 pelo deputado Vanio dos Santos (PT), que representou a Assembléia Legislativa no encontro da FNP (Frente Nacional de Prefeitos), realizado nos dias 16 e 17 de janeiro. "Nesse encontro em Brasília, foram discutidos temas como a evolução do crescimento da arrecadação e a reforma e transformação do pacto federativo", disse.

Além de fazer um relato sobre os debates do evento, o deputado

ainda pediu maior participação do Legislativo catarinense na Marcha dos Prefeitos, de 8 a 10 deste mês, em Brasília. No encontro da FNP, entre os presentes estavam os ministros da Saúde, Antônio Alves de Souza, do Controle e da Transparência, Waldir Pires, e dos Transportes, Agnelo Queiroz, além do presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Matoso, do presidente da Associação Brasileira dos Municípios, José do Carmo Garcia, da presidente atual da FNP, Kátia Born, e do vice-presidente da Confederação Nacional de Municípios, Gilmar Domicini.

Vanio lembrou que um grande número de municípios com baixa arrecadação própria depende exclusivamente de dinheiro federal para sua sobrevivência. No Brasil, em apenas 12 municípios com mais de 1 milhão de habitan-

tes os recursos tributários próprios representam 60,4% do total de recursos disponíveis. O FPM (Fundo de Participação dos Municípios) representa 4,8% e a cota-parte do ICMS outros 34,7%.

No outro extremo, nos municípios com menos de 10 mil habitantes, os recursos próprios representam apenas 5,2% do total de recursos disponíveis. "Isso é o que queremos reverter", falou o petista. Vanio ainda falou sobre a Marcha dos Prefeitos a Brasília, que será realizada nos dias 8, 9 e 10, e pediu uma maior participação da Alesc. "A minha proposta é que esta Casa deve formar uma comissão para acompanhar os prefeitos nas reivindicações e pleitos que serão realizados na Marcha. Somente com o fortalecimento do pacto federativo é que vamos conseguir enfrentar os problemas do país", concluiu. (GMP)



Vanio quer maior participação da Alesc na Marcha

PPP para a duplicação da BR-470

(foto Carlos Kilian)

Estrada em pista simples com acostamento ruim, intenso movimento de veículos lentos, muitos remendos e possíveis buracos na pista. Acostamento impraticável. Estas são as atuais condições da BR-470, rodovia que começa no município de Navegantes e termina na divisa com o Rio Grande do Sul, em Campos Novos, Meio-oeste catarinense. O problema foi abordado na sessão plenária do último dia 24 pelo deputado Gilmar Knaesel (PSDB), que apresentou um histórico da rodovia. Foi a última intervenção do parlamentar antes de reassumir a secretaria de Turismo, Cultura e Esporte (ex-secretaria de Organização do Lazer, modificada com a reforma administrativa deste ano) na terça-feira, 1º de março.

Em 1998, ainda no governo Paulo Afonso (PMDB), uma licitação foi aberta para a realização de obras na rodovia, já que, na época, ela estava sob jurisdição estadual. Um ano depois, já no governo de Esperidião Amin (PP), havia a expectativa de sua duplicação através de concessão à iniciativa privada, com a cobrança de pedágio. Os editais foram anulados pelo TCE (Tribunal de Contas do Estado). "Sabemos que a duplicação da BR-101 é a prioridade, mas não podemos deixar a 470 de lado. O progresso de muitos municípios depende disso", lembrou Knaesel.

Segundo o parlamentar, a Fetranesc (Federação de Transportes de Cargas de Santa Catarina) sugeriu no dia 23, em uma reunião com empresários e autoridades realizada na Associação Comercial e Industrial de Rio do Sul, projeto que prevê a criação de uma empresa de economia mista, com participação de capital do governo do Estado e da iniciativa privada, para a construção da segunda pista entre Navegantes e Rio do Sul. "Na minha opinião, este é o único modo da du-



Knaesel defende PPPs em seu último discurso na Alesc

plicação sair do papel, já que nem o governo estadual e nem o federal acenam com a possibilidade de assumir a obra."

Pelo projeto da Fetranesc, os trechos entre Gaspar e Indaial seriam os primeiros a receber a duplicação e a cobrança do pedágio viria posteriormente. Esta obra pode ser uma das primeiras PPPs (Parcerias Público-privadas) do Estado, mas como esta é uma rodovia federal ela deve, primeiro, ser transformada em rodovia estadual.

A deputada Ana Paula Lima (PT) informou que empresários de Blumenau e assim como vários setores da sociedade, estão se organizando para que ocorra a duplicação da BR-470, cujo custo seria de R\$ 1 bilhão. "Já existem, inclusive, investidores privados interessados em bancar a obra. Resta a nós, parlamentares, fazermos a nossa parte", afirmou a parlamentar. (TK)

Simone Schramm assume vaga deixada pelo deputado Gilmar Knaesel

Com a volta do deputado Gilmar Knaesel (PSDB) ao colegiado do governo Luiz Henrique da Silveira, em solenidade de posse no dia 1º como secretário estadual da Cultura, Turismo e Esporte, a deputada Simone Schramm (PMDB) reassume cadeira na Assembléia Legislativa. A parlamentar é ligada ao ensino público estadual há 28 anos e reitera seus compromissos com o eleitorado da Amunesc (Associação dos Municípios do Nordeste de SC). "Vou defender os interesses da mulher e da famí-

lia. Neste aspecto, me empenharei nos setores de educação, saúde, trabalho e meio ambiente."

Quanto à indicação do seu partido, o PMDB, para integrar a CPI da Sapatilha, Simone enfatiza que, por enquanto, há apenas conversas sobre a sua participação. "Estamos conversando sobre a possibilidade de eu compor a CPI. Se for indicada, estarei apta, pois sei a importância da Escola Teatro Bolshoi para o Brasil, Santa Catarina e, principalmente, para a minha cidade, Joinville". (RV)

(foto Carlos Kilian)



A peemedebista, ao lado de Herneus de Nadal, retorna à Alesc na vaga de Gilmar Knaesel

Escolas estaduais provocam debates

(foto Jonas Lemos Campos)

A interdição de cinco escolas públicas estaduais pela Vigilância Sanitária, em Joinville, centralizou as discussões em Plenário nas duas últimas semanas. A partir de discurso do líder do PP, deputado Joares Ponticelli, em sessão plenária do dia 23 de fevereiro, parlamentares da base governista e oposicionistas, confrontaram posições nas duas sessões subsequentes. "Nas eleições de 2002, o então candidato Luiz Henrique da Silveira (PMDB) vendia uma imagem de que não havia problemas em Joinville", disparou Ponticelli, provocando reação imediata do líder do governo, João Henrique Blasi.

Na sessão do dia 24, quinta-feira, o deputado Sérgio Godinho (PTB) apresentou um vídeo com imagens das escolas abrangidas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional de Lages, que, segundo Godinho, foram reformadas com recursos do governo Luiz Henrique da Silveira (PMDB), conforme declarações utilizadas para rebater Ponticelli na sessão anterior.

"Cumprimento-o pela presteza e pela fidedignidade das informações. Diante de afirmações, o Parlamento deve trabalhar com o fato e com a contestação. Os fatos aqui relatados, de que isso nunca havia ocorrido,

não condizem com a realidade. Em 2001, no governo anterior, isso já aconteceu", elogiou Blasi.

O líder do PFL, deputado Antônio Ceron, requisitou cópia do vídeo apresentado. "É preciso apurar a fundo o que foi mostrado". O deputado Godinho reforçou suas declarações em defesa do governo estadual. "Somos parceiros do governo, enquanto representante do PTB. Para a Região Serrana, o governo Luiz Henrique é o melhor dos últimos cem anos", declarou.

Obras - Na sequência, o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), contestou declarações de Godinho sobre obras do governo do Estado na regional de Lages. "Essa relação de 29 obras é na Regional de Lages e não no município de Lages. Não vou discutir valores, mas o número de obras. São 12 obras no município. Suas afirmações de que o governo anterior não fez nenhuma obra ali não são verdadeiras, como mostrou ontem (23) o deputado Celestino Secco (PP). O senhor tem que fazer comprovação por escrito para que suas palavras não caiam no vazio", declarou Vieirão. Em resposta, Godinho disse que

suas declarações foram referentes à Regional de Lages. "Eu disse que as 29 obras foram iniciadas no governo Luiz Henrique da Silveira".

O deputado Nilson Gonçalves (PSDB) acusou a oposição de transformar Joinville em saco de pancadas. "Por que será que isso tem acontecido? Muitas dessas críticas são para atingir o governador e não o município. Na minha região, mais de R\$ 1 milhão foram investidos em obras nas escolas estaduais e só não houve mais reformas devido à burocracia."

Na terça-feira, (1º), Ponticelli voltou à carga, desta vez para salientar que não há qualquer intenção em macular a imagem de Joinville, e mostrou aos seus pares jornais que veicularam e continuam divulgando o problema referente às escolas estaduais daquele município. Corroborando com o pepebista, o deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), cuja base eleitoral é a *manchester* catarinense, voltou a insistir na criação de uma CPI para investigar as denúncias que geraram uma crise na área da Segurança. "Os joinvilenses merecem que o Legislativo esclareça as coisas. (GMP/MAP/TK/RMPP)



Escolas e Segurança Pública em Joinville centralizaram debates em Plenário nas duas primeiras semanas

Qualidade na educação

O debate sobre as obras nas escolas motivou o líder petista, Paulo Eccel, a criticar o calendário escolar, a falta de professores e de acompanhamento do desempenho destes em sala de aula, no que se refere à qualidade pedagógica. "Está havendo agora a quarta chamada do concurso realizado no governo anterior e mesmo assim o ano letivo de 2005 começou com falta de professores em algumas disciplinas". O problema é sentido principalmente no ensino médio.

O comentário provocou reação do líder do PMDB, Manoel Mota. "Este governo vem fazendo um trabalho de qualidade na educação e quero que esta verdade seja resgatada. Nossos alunos têm um ensino que inclusive os qualifica para enfrentar os concorridos vestibulares das universidades federais. Não se pode generalizar uma situação isolada". (SD/TM)

Reforma política

Na próxima semana, aproveitando a Marcha dos Prefeitos, o deputado Francisco de Assis (PT) vai a Brasília participar dos debates sobre a reforma política no país, conforme anunciou da tribuna na última terça-feira (1º). Entre as mudanças previstas, estão sendo discutidos o financiamento público de campanhas, a implantação das listas fechadas e o fim das coligações proporcionais. A reforma também institui a cláusula de barreira, pela qual um partido, para eleger um deputado federal, precisa obter 2% dos votos do eleitorado nacional, distribuído em pelo menos nove Estados.

De acordo com o parlamentar, já é sabido que todos querem a reforma, embora ainda não haja nenhum acordo em relação aos pontos polêmicos. "A reforma precisa ser feita, mas devido a essa falta de acordo a dificuldade para sua aprovação fica mais clara", afirmou. O parlamentar ainda pediu que a Alesc discuta mais a respeito do assunto, que julga de suma importância para o país. "Acho que nós, deputados, vereadores, prefeitos, devemos discutir a reforma e apresentar soluções para o fim dos impasses. Se o projeto for aprovado, vai mexer principalmen-



Assis quer mais discussões sobre a reforma

Mulheres discriminadas

No dia em que recebeu cumprimentos do Parlamento catarinense pelo seu aniversário (2/3), a deputada Odete de Jesus (PL) disse que o dia 8, Dia Internacional da Mulher, será uma data em que não haverá motivos para comemoração. A parlamentar apresentou um estudo realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) sobre o trabalho feminino em Santa Catarina. Segundo Odete, o mercado de trabalho no Estado é discrimina-



Deputada Odete lamentou estatísticas

"As mulheres catarinenses ganham menos que os homens e isso é lamentável. Por que não temos uma mulher compondo a Mesa da Assembléia Legislativa?", questionou a parlamentar, que disse também não ter sido consultada e nem ter avaliado a composição das 14 comissões permanentes da Casa. "Quero saber se a bancada feminina formada por três parlamentares pode presidir alguma Comissão." (RMPP)

formada por três parlamentares pode presidir alguma Comissão." (RMPP)

te na estrutura do governo".

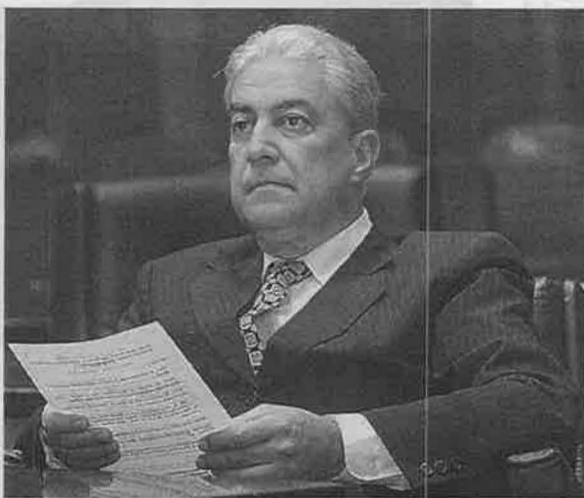
Os deputados Francisco Küster (PSDB) e Gelson Merísio (PFL) concordam com Assis e ofereceram total apoio. "O tempo está passando e a hipocrisia vai crescendo. É um projeto de extrema importância para a democracia e para a classe política brasileira. Vamos melhorar o caráter ético da nossa política", finalizou. (GMP)

Comercialização do camarão é liberada no Estado

A revogação da portaria que impedia a venda do camarão de cultivo de Santa Catarina para outros estados pelo Ministério da Agricultura, no último dia 28, foi comemorada pelo deputado Genésio Goulart (PMDB) na sessão ordinária da tarde do dia 1º. “Há dois anos nós conseguimos, depois de várias audiências públicas, liberar o cultivo do camarão em cativeiro e agora, com a ocorrência da mancha branca, tudo aconteceu de novo. O ato de revogação dessa portaria deixa-me mais aliviado e espero que a comercialização se regularize”, afirmou.

O deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP) ponderou que só foram liberadas para a comercialização as fazendas que não apresentaram nenhum vestígio da mancha branca. “Aqueles 14 fazendas que apresentaram a mancha branca, em Laguna, ainda não foram liberadas. Só aquelas que já estavam limpas”, salientou Vieirão.

Há cerca de 20 toneladas de camarão para serem vendidas no Estado. A liberação para o início da nova produção, nos municípios de Laguna e



Genésio comemorou liberação

Imaruí, no Sul do Estado, só deve acontecer em agosto. A mancha branca é uma doença que não coloca a saúde humana em risco, mas é letal para os camarões e colocava em risco toda a produção nacional. Só no ano passado, o camarão rendeu mais de 200 milhões de dólares em exportação. (GMP)

Produtores de maçã

Os inúmeros problemas climáticos que têm assolado o Estado de Santa Catarina e prejudicado a safra de maçã motivaram o deputado Antônio Ceron, líder do PFL na Assembléia Legislativa, a encaminhar requerimento ao governo catarinense para que o mesmo empreendesse ações a fim de tomar “as devidas providências para minimizar esse prejuízo”. A proposição do parlamentar foi encaminhada ao chefe do Executivo, Luiz Henrique da Silveira, e ao secretário da Agricultura, Moacir Sopelsa.



Ceron quer ações imediatas

Em pronunciamento feito na tribuna do Plenário, o pefelista informou que, devido aos problemas climáticos tais como excesso de frio, geadas fora do período normal, falta de chuvas ou chuvas de granizo e epidemias, 60% da safra foram perdidos. “Os

prejuízos aos produtores superam os R\$ 120 milhões”, afirmou. Como consequência, os produtores também terão problemas com os organismos financeiros, como BRDE/Besc/Bradesco e Banco do Brasil, que financiaram a safra e o custeio.

Morte de Pedro Ivo

Os 15 anos da morte do ex-governador do Estado, Pedro Ivo Campos, foram lembrados na tarde do dia 1º, pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB). Além de governador, Pedro Ivo foi prefeito de Joinville e deputado estadual e federal. Ele faleceu no dia 27 de fevereiro de 1990.

Blasi, que foi secretário de Justiça do Estado entre os anos de 88 e 89, durante o mandato de Pedro Ivo, lembrou uma frase dita pelo ex-governador: “Existem pesso-

as que ocupam cargos e existem pessoas que exercem cargos”. “Isso é a mais pura verdade”, comentou o deputado.

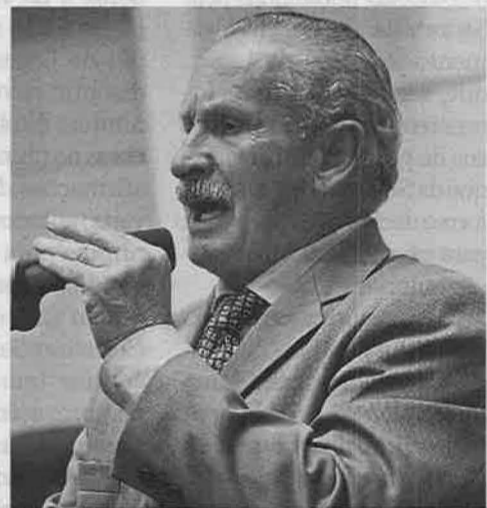
Francisco Küster (PSDB) disse que Pedro Ivo era obstinado em tudo o que queria. “Ele era um homem forte e muito ético”, completou. Manoel Mota (PMDB) também fez referência à época em que trabalhou junto com Pedro Ivo. O deputado Altair Guidi (sem partido), mesmo tendo sido adversário político do ex-governador, elogiou-o. (MAP)

Estiagem: Agostini em Brasília

Buscando solução imediata para o problema da seca em Santa Catarina, o deputado Onofre Agostini (PFL) esteve em Brasília na terça-feira, 1º, para discutir o assunto. O parlamentar, que esteve acompanhado do deputado federal Ivan Ranzolin (PP), foi recebido por vários senadores e esteve na Comissão de Agricultura da Câmara Federal, onde expôs o problema da estiagem, bem como tratou ainda da comerciali-

zação do alho.

O parlamentar levou o apelo dos agricultores, cujos prejuízos ultrapassam a perda da safra, dificultando o pagamento de financiamentos com instituições bancárias e a continuidade das atividades. “Os agricultores dependem de colheitas que possam garantir-lhes a sobrevivência. É mais do que urgente qualquer ação por parte dos governos estadual e federal para minimizar o problema”.



Agostini esteve na capital federal

Fundo Social é classificado de “ineficaz”

O projeto de lei que cria o Fundo Social, sancionado no último dia 28 pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), voltou a ser tema de debate na sessão do dia 1º. Ao classificar o Fundo de ineficaz, o deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP), usou como exemplo a Celesc, cuja arrecadação tributária é uma das maiores do Estado.

Segundo o parlamentar, a conta é muito simples. A Celesc arrecada, por mês, R\$ 60 milhões. Deste montante, R\$ 1,8 milhão é destinado ao Programa Luz para Todos, 5% serão destinados ao Fundo Social (cerca de R\$ 3 milhões), e 10%, ou R\$ 300 mil, ainda poderão ser descontados em cima dos 5% do Fundo como imposto dispensado, graças ao Decreto nº 2.157/04

que assegura esse direito. “Dos R\$ 60 milhões menos R\$ 1,8 milhão, menos R\$ 3 milhões, menos 10% deste último valor, R\$ 300 mil, a Celesc vai arrecadar R\$ 54.900 milhões e, deste valor, os municípios ainda têm direito a 25%. Ou seja, só no caso da Celesc, os municípios irão perder em arrecadação R\$ 1,275 milhão por mês. No total serão R\$ 10 milhões a menos de arrecadação a serem distribuídos para os municípios catarinenses”, detalhou.

O petista Dionei Walter da Silva também criticou o discurso do governador a respeito do Fundo Social. “Parece que ele encontrou o pote de ouro no fim do arco-íris, como se o Fundo Social fosse resolver todos os problemas. Entretanto, a realidade é que este projeto irá retirar recursos ao invés de aumentá-los”, afirmou. (TK)



Vieirão fez críticas contundentes

Crédito presumido de ICMS

Parte do texto do convênio entre o Estado e o Confaz, que define o percentual de crédito presumido de ICMS à Celesc, ainda a ser ratificado pela Assembléia Legislativa, foi criticado por Vieirão em Plenário.

Segundo ele, o Confaz (Conselho de Política Fazendária) autorizou o governo estadual a conceder crédito presumido de ICMS à Celesc no percentual de até 0,3% calculado sobre o valor do imposto a recolher no mês. “O atual governo fez o Decreto nº 2.257, de 29 de julho de

2004, concedendo crédito presumido para a Celesc, que totaliza em três anos o percentual de 3%, e não 0,3%”, explicou.

Em outubro de 2004, Vieirão fez a denúncia na Alesc e entrou com ação no Ministério Público. “Em 24 de setembro - dois meses após minhas declarações - o governo aprovou convênio com o Confaz, determinando que o crédito presumido pode ser de até 3%. Mas continuarei aguardando posicionamento do MP”, afirmou. (RMPP)

Dionei quer esclarecer irregularidades

As manifestações e investigações feitas em relação às irregularidades ocorridas na segurança pública e na Escola do Teatro Bolshoi, ambas em Joinville, esclareceu o deputado Dionei Walter da Silva (PT), não são contra a cidade. "A realização de audiência pública sobre essas duas questões demonstra a necessidade de esclarecer determinados fatos."

Sobre as irregularidades na Escola Teatro Bolshoi, o parlamentar assinalou que a CPI deverá esclarecer as coisas. "Queremos que o balé funcione em Joinville, mas é preciso cobrar seriedade até mesmo para que a cidade não venha a ser prejudicada. Em nenhum momento se falou mal da instituição ou do

município. Não podem acusar as pessoas de serem contra a cidade só porque existem denúncias de irregularidades."

Rede hospitalar - Na tarde do dia 1º, o parlamentar voltou à tribuna para defender a necessidade de ampliar e melhorar o atendimento médico e ambulatorial na região de Jaraguá do Sul. Ele alertou que a *ambulancioterapia*, aumenta a cada dia também em sua região.

Jaraguá do Sul possui dois hospitais para atender a todos os municípios próximos, sendo que, dependendo do problema, os pacientes precisam ir para Joinville ou Curitiba. "Precisamos urgente de uma amplia-



Dionei: ambulancioterapia continua

ção da rede hospitalar, pois estamos hoje com apenas 230 leitos. Se ocorrer uma epidemia, será impossível atender aos pacientes", avaliou. (SD/TK)

Saúde descentralizada

A Política Estadual da Saúde Descentralizada, lançada no dia 28 pelo governador Luiz Henrique da Silveira e pelo secretário de Estado da Saúde, Dado Cherem (PSDB), foi tema das manifestações de alguns deputados, na tarde do dia 1º, em Plenário. O tucano Djalma Berger citou as exposições feitas por Cherem sobre as ações que ele desenvolveu e pretende desenvolver à frente da secretaria da Saúde. Uma delas foi o incremento dos recursos destinados à compra de remédios na Farmácia Básica, que se destina à distribuição de remédios em serviços ambulatoriais do SUS (Sistema Único de Saúde). "Em 2005, o cálculo de repasse do Estado dobrou, passando de R\$ 0,50 para R\$ 1 per capita", afirmou Djalma Berger.



Berger elogiou plano do governo

Berger anunciou que será ampliado em 171 o número de leitos de UTI (Unidade de Terapia Intensiva). De acordo com declarações do secretário da Saúde, serão investidos R\$ 5 milhões e

130 mil na criação de novos leitos de UTI. Serviços para a realização de exames de média e alta complexidade também serão levados a municípios do interior. "A expectativa é reduzir as desigualdades regionais com essa oferta, evitando o deslocamento dos pacientes para outras regiões e até mesmo outros estados", disse Djalma Berger. O deputado Francisco Küster (PSDB) disse que o governo criou o programa com o intuito de atender melhor a população no setor da saúde. "É um projeto arrojado, de grande vontade política. O SUS foi a única medida socializante nas últimas décadas e agora com certeza ele será melhorado através desse projeto", afirmou Küster. (MAP/GMP)

Requerimentos

Em 22/02:

- De autoria do deputado Nilson Gonçalves (PSDB), à representação catarinense no Congresso Nacional, solicitando empenho junto ao Ministério da Justiça visando a criação e instalação de uma Delegacia de Polícia Federal em São Francisco do Sul.

- De autoria do deputado Cesar Souza (PFL), à Senhora Maria do Rocio Luz Santa Ritta, cumprimentando-a pela posse no cargo de Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado.

- O deputado Antônio Aguiar (PFL) solicitou ao governador do Estado ambulâncias para todos os municípios do Planalto Norte catarinense.

- De autoria do deputado Celestino Secco (PP), à Força Expedicionária Brasileira, cumprimentando pelo 60º aniversário da tomada de Monte Castelo.

Em 23/02:

- Do deputado Valmir Comin (PP), ao secretário da Infraestrutura, solicitando a estadualização do trecho municipal de Cocal do Sul à Estação Cocal e do trecho de Cocal do Sul a Siderópolis.

- O deputado João Henrique Blasi (PMDB) pediu o desarquivamento do Projeto de Lei nº 466/02, que autoriza a doação de imóvel no município de Palhoça.

- O deputado César Souza (PFL) cumprimenta a Escola de Samba Consulado do Samba, de Florianópolis, através do seu presidente, Salomão Lobo de Souza Filho, pela conquista do título de Campeã do Carnaval de 2005. O parlamentar também pediu envio de expediente parabenizando o prefeito de Concórdia, Neodi Saretta (PT), pela eleição à presidência da Fecam (Federação Catarinense de Municípios).

- Do deputado Antônio Aguiar (PFL), ao ministro dos Transportes, solicitando reparos na BR-101, no trecho do viaduto de transposição de pistas do túnel do Morro do Boi, que liga Balneário Camboriú a Itapema.

- Frente aos graves prejuízos provocados aos agricultores pela estiagem, o deputado Onofre Santo Agostini (PFL) solicitou envio de expediente ao presidente da República, ministros da Agricultura e das Cidades, governo estadual, secretário da Agricultura e à Defesa Civil pedindo providências.

- O deputado Afrânio Boppré (PT) solicitou aos secretários da Infra-estrutura e do Desenvolvimento Regional de São José, solicitando a estadualização do trecho entre os municípios de Angelina e Leoberto Leal.

- De autoria do deputado Joares Ponticelli (PP), ao governador do Estado, solicitando o cumprimento da Lei Complementar nº 253/03, que autoriza repasse de subvenção ao Corpo de Bombeiros Comunitários de Içara. (ex-offício)

Em 1º/03:

- Pelo Dia do Repórter, a pedido do deputado Cesar Souza (PFL), foi encaminhado expediente parabenizando o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina, a Casa do Jornalista e o jornalista Paulo Alceu.

- O deputado Antônio Ceron (PFL) pediu envio dos seguintes expedientes: ao governador e ao secretário da Agricultura, solicitando providências para a grave situação por que passam os produtores de maçã; ao governador, pedindo reavaliação no valor dos procedimentos médicos e hospitalares aplicados no Hospital Santa Cruz, de Canoinhas, e ao diretor-presidente da Universidade do Contestado - Campus Canoinhas/Porto União, parabenizando-o pelo reconhecimento e autorização de funcionamento do Curso de Turismo.

O parlamentar também pediu, na mesma data, o desarquivamento dos projetos de lei números 164/2000, 527/2001, 54/2001, 73/2002 e 154/2002; e dos projetos de Lei Complementar nº 34/2001 e nº 35/2001.

- De autoria de Francisco de Assis (PT), ao diretor-presidente da Celesc, pedindo a instalação de rede de energia elétrica em rua do bairro Cubatão, em Joinville. (ex-offício)

Quimioterapia para hospital de Tubarão

Através de requerimento que será encaminhado ao secretário estadual da Saúde, Dado Cherem, o deputado Joares Ponticelli, líder do PP, anunciou em Plenário, no dia 2, que está solicitando ao governo do Estado que viabilize o credenciamento do Hospital Nossa Senhora da Conceição, de Tubarão, nos serviços de quimioterapia. Dados da Regional de Saúde apontam, segundo o parlamentar, que no ano de 2003

um total de 5.500 pacientes da região da Amurel (Associação dos Municípios da Região de Laguna) tiveram de deslocar-se a Florianópolis para receber esse tipo de tratamento.

Outro levantamento aponta que, nos últimos cinco anos, foram realizadas nesse mesmo hospital 2.815 cirurgias de neoplasia maligna. "Há plenas condições do Hospital Nossa Senhora da Conceição realizar esse atendimento, que vai amenizar o sofrimento dos pacientes que hoje

precisam viajar a Florianópolis, enfrentando os perigos da BR-101", destacou Ponticelli, que na ocasião manifestou sua preocupação sobre a duração das obras de duplicação do trecho sul dessa rodovia.

A manifestação de Ponticelli recebeu apoio do deputado Genésio Goulart (PMDB), que disse também ter solicitado empenho da Secretaria da Saúde para que o credenciamento seja realizado. (RMPP)

Moção ao Congresso Nacional pede rejeição da MP 232

A Medida Provisória 232 foi repudiada em sua totalidade, depois de duas audiências públicas, em São Miguel do Oeste e Florianópolis, nos dias 25 e 28, respectivamente, realizadas pelo Fórum Parlamentar constituído exclusivamente para debater com a sociedade catarinense os seus efeitos. Na noite do dia 1º, o governo federal adiou por 30 dias o começo da vigência da MP 232.

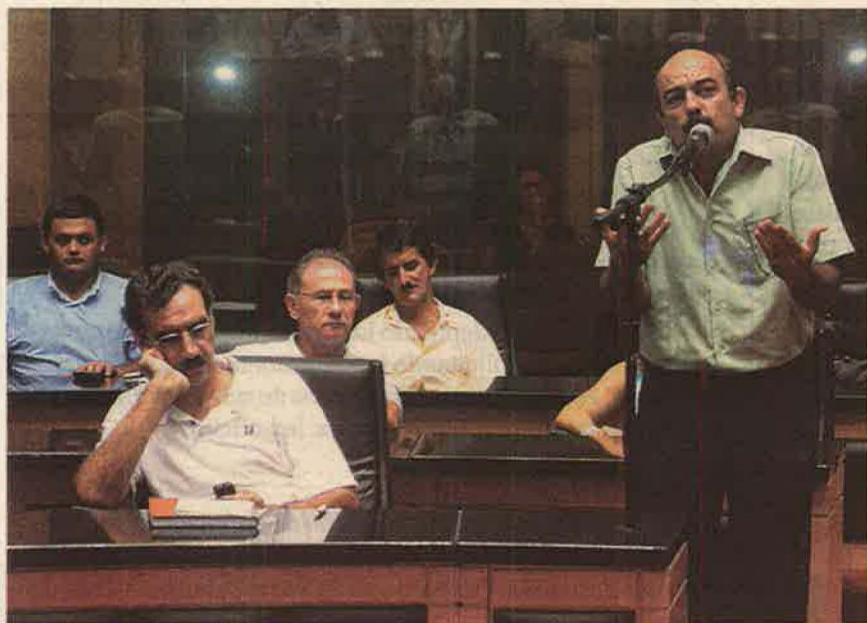
Coordenado pelo vice-presidente da Assembléia Legislativa, deputado Herneus de Nadal (PMDB), que o propôs juntamente com o deputado Francisco Küster (PSDB), o Fórum ouviu agricultores, prestadores de serviço, OAB, empresários, associações, federações e cooperativas agrícolas. Integram o Fórum Parlamentar de Debate da MP 232, além de Herneus e Küster, os deputados Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), Antônio Ceron (PFL), Odete de Jesus (PL), Sérgio Godinho (PTB) e Vanio dos Santos (PT).

Manifestações e estudos apresentados pelos participantes redun-



Primeira audiência reuniu empresários, agricultores e prestadores de serviço em São Miguel do Oeste

daram na decisão unânime de pedir aos congressistas, principalmente à bancada catarinense, a inadmissibilidade da matéria em regime de urgência e a rejeição da MP por inconstitucionalidade.



MP foi rechaçada também no debate realizado em Florianópolis

A Medida 232

Editada pelo governo federal em 30 de dezembro, estabelece uma majoração de 25% na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para as empresas prestadoras de serviços optantes pelo lucro presumido. A previsão é de que a carga tributária varie entre 25% e 35,42% com reflexos econômicos e sociais, principalmente entre os setores produtivos das micro e pe-

quenas empresas, prestadores de serviços e produtores rurais. Somente em Santa Catarina, estima-se que mais de 200 mil produtores rurais, hoje isentos da cobrança do IR, deverão recolher esse tributo no momento da venda de sua produção. A MP 232 estabelece que qualquer venda superior a R\$ 1.164 será tributada em 1,5%, a título de IR, independente da renda anual total do produtor rural.

Os principais pontos da Moção:

1. A MP colide frontalmente com o esforço de retirar expressivo número de empresas do mercado informal, visando ao incremento da arrecadação tributária, além de afrontar o inalienável direito e garantia fundamental do contraditório e da ampla defesa em processos judiciais ou administrativos;

2. Compromete a capacidade contributiva, desestimula e subverte o planejamento empresarial, puxando de 32% para 40% a taxa sobre prestação de serviços - aumentada em 2003 de 12% para 32% -, gerando impacto médio, juntamente com o Imposto de Renda, de quase 3% na receita bruta das empresas;

3. Taxa uma renda ilusória, no que diz respeito às contas patrimoniais em moeda estrangeira (investimentos), já que ancora-se no momento atual, em que a moeda nacional está sobrevalorizada pela constante elevação da taxa Selic;

4. Prejudica duplamente a agricultura familiar: tributa a produção bruta acima de R\$ 1.164 (aqui decididamente, investe-se sobre o trabalho, ao invés da renda), além de obrigar a recolher,

em 2005, o imposto de renda de 2004 acumulado com o que seria devido somente em 2006;

5. Atinge frontalmente o cooperativismo, responsável por 25% do PIB agropecuário nacional (e 10% do catarinense), com a tributação de 1,5% da produção agrícola (lembrem-se, aqui, do PIS/COFINS para as cooperativas, da MP nº 1.858);

6. O governo parece que descobriu a maneira de contratar servidor sem o devido concurso público, ao transferir para as empresas e a seus empregados (arts. 5º, 6º e 7º, da MP 232/04) o trabalho de retenção na fonte e antecipado repasse ao erário, do IR, da CSLL, da COFINS e do PIS/PASEP, incidentes sobre pagamentos efetuados a partir de 1º de março de 2005 (MP nº 237/2005), procurando, claramente, desincumbir-se da atribuição fiscal que lhe é histórica e constitucionalmente atribuída.

Assinam o documento, além dos parlamentares que integram o Fórum, os deputados estadual e federal, Jorginho Mello (PSDB) e Odacir Zonta (PP), respectivamente, e as seguintes instituições:

- OAB/SC (que trouxe ao debate estudo realizado pela OAB paulista, de autoria de Rubens Approbato Machado e Ives Gandra Martins, dentre outros);
- CRC-SC (Conselho Regional de Contabilidade de SC)
- Core-SC (Conselho Regional dos Representantes Comerciais de SC)
- Fiesc (Federação das Indústrias de SC)
- Fetaesc (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de SC)
- FCDL (Federação das Câmara de Dirigentes Lojistas de SC)
- Fecoagro
- Sebrae-SC
- Ocesc (Organização das Cooperativas do Estado de SC)
- Cooperativa UNIMED-Florianópolis
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anitópolis, dentre outros
- Vereadores e prefeitos